



SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ História e Geografia do Estado e Município
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Educação Inclusiva

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR -
MARANHÃO - MA

Professor da Educação
Infantil

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: SL-112AB-26
7908433296515

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Tipologia textual;.....	9
2. Domínio da ortografia oficial; Uso dos porquês	12
3. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão	14
4. Emprego e reconhecimento das Classes de palavras; Orações Coordenadas e Subordinadas	15
5. Sinais de pontuação; Pontuação	24
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	26
7. Concordância Verbal e Nominal.....	27
8. Regência nominal e verbal	29
9. Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração.....	32
10. Regras de acentuação	36
11. Figuras e vícios de linguagem; Figuras de pensamento	37
12. Emprego e Significação das palavras: denotação, conotação, homonímia, paronímia e ambiguidade.....	42
13. Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção, Há/a, Ao invés de/ em vez de, Demais/de mais, onde/ aonde/donde, nenhum/ nem um, por ora/ por hora.....	43

Matemática

1. Números: Sistema de Numeração Decimal	59
2. Números Naturais, , inteiros, racionais, reais. Operações fundamentais e propriedades; Conjuntos numéricos. Potências e raízes	60
3. Divisibilidade - múltiplos e divisores.....	71
4. MDC e MMC	72
5. Grandezas e Medidas: Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo, e sua utilização no contexto social.....	74
6. Sistema monetário.....	78
7. Geometria: Localização e espaço. Conceitos básicos (ponto, reta, plano e espaço). Figuras geométricas planas (ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo); Perímetro e área de figuras planas	80
8. Figuras geométricas espaciais (prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera); teoremas, medidas, transformações geométricas; Noções básicas de área e volume	90
9. Número e grandezas. Razão e Proporção	99
10. Regra de três simples e composta	101
11. Porcentagem, Juros Simples e Juros Compostos	102
12. Álgebra: Expressões algébricas	106
13. Equações e função do 1º grau	108
14. Estatística: Média aritmética e média ponderada, gráficos	112
15. Probabilidade: probabilidade, eventos, variáveis aleatórias.....	118

História e Geografia do Estado e Município

1. Aspectos do Estado e do Município História: Formação territorial: processo de ocupação e colonização, divisões administrativas. Períodos históricos: desde a colonização até os dias atuais, destacando os principais acontecimentos, personagens e movimentos sociais. Desenvolvimento econômico: ciclos econômicos, industrialização, urbanização. Cultura regional: tradições, festas populares, manifestações artísticas, patrimônio cultural material e imaterial.	125
---	-----

ÍNDICE

2. Geografia: Características físicas: relevo, clima, hidrografia, vegetação, solos. Riscos naturais: desastres naturais, vulnerabilidade social e ambiental. Questões ambientais: problemas ambientais locais e globais, políticas públicas para o meio ambiente. Organização do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, rede urbana, infraestrutura	128
3. Economia: Setor primário, secundário e terciário: atividades econômicas predominantes, indicadores econômicos. Desenvolvimento econômico: políticas públicas de desenvolvimento, desigualdade social.....	132
4. Cultura: Diversidade cultural: grupos étnicos, identidade cultural, multiculturalismo. Manifestações culturais: artes, música, literatura, folclore. Patrimônio cultural: bens materiais e imateriais, políticas de preservação.....	136

Conhecimentos Pedagógicos

1. Teorias da Educação.....	145
2. Principais teorias e pensadores da educação (Paulo Freire; Maria Montessori; Jean Piaget; Lev Vygotsky; John Dewey; Burrhus Frederic Skinner; Célestin Freinet; Jerome Bruner; Howard Gardner; Carl Rogers; Abraham Maslow; Henri Wallon; Émile Durkheim; Ivan Pavlov; Alfred Binet; Carol Dweck.)	150
3. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.....	153
4. Didática e Metodologia de Ensino	155
5. Planejamento e organização do ensino	157
6. Tendências pedagógicas.....	160
7. Avaliação escolar e inclusão; Estratégias e técnicas de ensino	161
8. Legislação Educacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	164
9. Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (Educação).....	164
10. Lei Nº 15.247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.....	167
11. Recomposição de Aprendizagem: Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025.....	171
12. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Lei nº 8.069/90	174
13. ECA Digital.....	213
14. BNCC (Base Nacional Comum Curricular): Princípios e diretrizes.....	221
15. BNCC COMPUTACIONAL: Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022	258
16. Três Eixos Estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital	271
17. Educação Integral e jornada ampliada: Lei nº 14.640/2023	274
18. Resolução CNE/CEB nº 7/2025	276
19. Portarias do MEC (nº 64/2023, 1495/2023, 1628/2024, 777/2024, 48/2024, 748/2024)	283
20. Resoluções (nº 18/2023, 25/2023, 26/2023).....	289
21. Saberes Digitais; Política de Inovação Educação Conectada (Lei nº 14.180/2021) e da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023).....	296
22. Plano Nacional de Educação (PNE): Metas e estratégias	300
23. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	315
24. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	326
25. Currículo e Programas Educacionais . Concepções de currículo. Construção e implementação de currículos. Inclusão e diversidade no currículo escolar	331
26. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP): Estrutura e objetivos	334
27. Psicologia da Educação	336
28. Psicologia do desenvolvimento . Psicologia da aprendizagem.....	337
29. Motivação e suas implicações na aprendizagem	344
30. Tecnologias na Educação. Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino Ambientes virtuais de aprendizagem. Recursos educacionais digitais	347

Conhecimentos Específicos Professor da Educação Infantil

1. Concepção de criança e infância: Visões históricas e contemporâneas, direitos da criança, infância como construção social	355
2. Finalidade da Educação Infantil: Desenvolvimento integral da criança, formação de cidadãos críticos e participativos, preparação para a vida em sociedade	358
3. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI): Eixos estruturantes, objetivos, orientações metodológicas.....	360
4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Campos de experiência, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, transição para o Ensino Fundamental, relação com o RCNEI.....	361
5. Política Nacional de Educação Infantil (PNEI): Diretrizes, metas, ações para a universalização e melhoria da qualidade da educação infantil.....	361
6. Marco Legal da Primeira Infância: Legislação específica sobre a primeira infância, políticas públicas.....	361
7. Teorias do desenvolvimento infantil:Clássicas: Piaget, Vygotsky, Wallon, Freud; Contemporâneas: Bronfenbrenner, Winnicott, Bowlby, Erikson; Pedagogas: Pestalozzi, Fröbel, Montessori, Teberosky	367
8. Teorias da Educação: Construtivismo, sociointeracionismo, pedagogia crítica, pedagogia da infância.....	370
9. Bases psicológicas da aprendizagem da Criança de 0 a 6 anos: Processos cognitivos, afetivos e sociais, neurociência da educação.....	372
10. Psicogênese da língua escrita: Aquisição da escrita, alfabetização e letramento na Educação Infantil.....	374
11. Concepções das Infâncias: Diversidade das infâncias, infância em diferentes contextos sociais e culturais.....	377
12. Avaliação na Educação Infantil: Processo contínuo e formativo, registros diversificados, portfólios, observação, entrevista	379
13. Educação Inclusiva: Atendimento às necessidades especiais, diversidade, legislação, práticas inclusivas, pedagogia hospitalar.....	380
14. A Literatura na Educação Infantil: Literatura infantil, contação de histórias, formação de leitores.....	381
15. Jogos e brincadeiras: Diversos tipos de brincadeiras, importância para o desenvolvimento, organização do espaço lúdico	383
16. Linguagens artísticas: Artes visuais, música, teatro, dança, expressão corporal	384
17. Sociedade e natureza: Relações sociais, meio ambiente, sustentabilidade.....	385
18. Matemática na Educação Infantil: Noções matemáticas, resolução de problemas, jogos matemáticos.....	386
19. História da Educação Infantil: Evolução histórica, diferentes concepções de criança e infância	388
20. Organização e funcionamento da Educação Infantil: Espaços físicos, materiais pedagógicos, rotina, projetos, parcerias com a família.....	388
21. Neurociência da educação: Desenvolvimento cerebral, plasticidade neuronal, implicações para a aprendizagem	397
22. Psicologia da Educação: Processos de aprendizagem, motivação, emoções, desenvolvimento social na primeira infância	404

Material Digital

Educação Inclusiva

1. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva — Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208	3
2. Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	4
3. Educação Especial na perspectiva inclusiva e Atendimento Educacional Especializado – AEE	23
4. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis.....	26
5. Adaptações e flexibilizações curriculares.....	27
6. Avaliação e planejamento pedagógico inclusivos	30
7. Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	31
8. Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	50
9. Diversidade, equidade e currículo inclusivo na BNCC.....	51
10. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	65
11. Resolução CNE/CP nº 2/2015, no que couber à formação docente e à inclusão	68
12. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis — Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão); Lei nº 10.098/2000	77
13. Legislação aplicável: Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996.....	99
14. Lei nº 10.436/2002	99
15. Decreto nº 5.626/2005	100
16. Decreto nº 7.611/2011	104
17. Resoluções do CNE aplicáveis e BNCC	108

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; TIPOLOGIA TEXTUAL;

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

MATEMÁTICA

NÚMEROS: SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

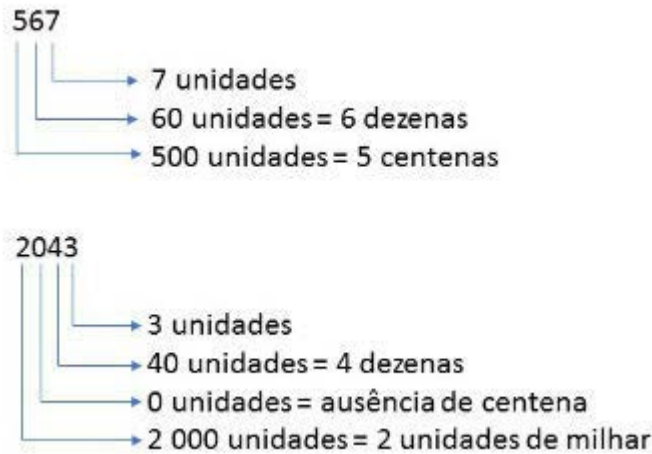
Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor. É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de sistema de numeração indo-arábico.

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	♂	♁	♂	♁	♀	
HINDU 500 d.C	7	7	2	8	4	(7	^	9	0
ÁRABE 900 d.C	1	٢	٣	٤	٥	٦	٧	٨	٩	٠
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

► Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:
 - 10 unidades = 1 dezena
 - 10 dezenas = 1 centena
 - 10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos:



► **Ordens e Classes**

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

CLASSE DOS BILHÕES			CLASSE DOS MILHÕES			CLASSE DOS MILHARES			CLASSE DAS UNIDADES		
12ª ORDEM	11ª ORDEM	10ª ORDEM	9ª ORDEM	8ª ORDEM	7ª ORDEM	6ª ORDEM	5ª ORDEM	4ª ORDEM	3ª ORDEM	2ª ORDEM	1ª ORDEM
CENTENAS DE BILHÃO	DEZENAS DE BILHÃO	UNIDADES DE BILHÃO	CENTENAS DE MILHÃO	DEZENAS DE MILHÃO	UNIDADES DE MILHÃO	CENTENAS DE MILHAR	DEZENAS DE MILHAR	UNIDADES DE MILHAS	CENTENAS	DEZENAS	UNIDADES

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

Exemplo 1: Realize a leitura do número 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

Exemplo 2: Realize a leitura do número 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, REAIS. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E PROPRIEDADES; CONJUNTOS NUMÉRICOS. POTÊNCIAS E RAÍZES

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}^p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}^i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO E MUNICÍPIO

ASPECTOS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO HISTÓRIA: FORMAÇÃO TERRITORIAL: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO, DIVISÕES ADMINISTRATIVAS. PERÍODOS HISTÓRICOS: DESDE A COLONIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS, DESTACANDO OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS, PERSONAGENS E MOVIMENTOS SOCIAIS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS ECONÔMICOS, INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO. CULTURA REGIONAL: TRADIÇÕES, FESTAS POPULARES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO E DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O estudo de São José de Ribamar deve começar pela compreensão do próprio processo de formação do Maranhão. Antes da chegada dos europeus, o território maranhense era ocupado por diversos povos indígenas, especialmente grupos de matriz tupi, como os Tupinambá, além de outros povos que viviam da pesca, caça, coleta, agricultura rudimentar e domínio dos rios e áreas costeiras. Essa presença indígena é fundamental para entender a ocupação inicial do litoral maranhense, inclusive da região próxima à ilha de São Luís e à atual área de São José de Ribamar.

A colonização europeia do Maranhão apresentou uma característica importante: não foi inicialmente consolidada apenas pelos portugueses. No início do século XVII, os franceses tentaram estabelecer domínio na região, fundando em 1612 a chamada França Equinocial, com a criação do núcleo que daria origem à cidade de São Luís. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses e consolidaram sua presença na área. A partir daí, o território maranhense passou a integrar a lógica colonial portuguesa, marcada pela ocupação do litoral, pela catequese indígena, pela formação de aldeamentos, pelo uso da mão de obra indígena e, posteriormente, africana escravizada.

São José de Ribamar localiza-se na Ilha de Upaon-Açu, a mesma ilha onde estão São Luís, Paço do Lumiar e Raposa. A posição litorânea do município explica sua relação histórica com a pesca, a religiosidade marítima, a circulação de pessoas e mercadorias e o crescimento urbano ligado à capital. A ocupação da área esteve associada a pequenos povoados, atividades pesqueiras, práticas religiosas e à proximidade com São Luís.

O nome do município está diretamente ligado à devoção a São José de Ribamar. A tradição religiosa local atribui grande importância à imagem do santo e ao culto desenvolvido na região, o que transformou o lugar em um dos principais centros de peregrinação religiosa do Maranhão. Assim, diferentemente de municípios que se consolidaram principalmente por ciclos

agrícolas ou mineração, São José de Ribamar combinou ocupação litorânea, vida comunitária, pesca artesanal e religiosidade popular.

Do ponto de vista administrativo, São José de Ribamar esteve historicamente vinculado a São Luís, sendo posteriormente desmembrado e elevado à condição de município. A emancipação municipal ocorreu no século XX, dentro de um contexto de reorganização administrativa do Maranhão, quando várias localidades passaram a ter autonomia política própria. A criação do município permitiu a formação de governo local, Câmara Municipal, administração própria e maior protagonismo na gestão de serviços públicos.

Para fins de concurso, é importante memorizar que São José de Ribamar integra a Região Metropolitana da Grande São Luís. Essa informação costuma aparecer em provas de conhecimentos locais, pois demonstra a forte relação do município com a capital maranhense. Seu crescimento urbano foi bastante influenciado pela expansão metropolitana, pela mobilidade pendular de trabalhadores, pela ocupação de áreas periféricas e pelo aumento da demanda por moradia, transporte, saneamento, saúde e educação.

A formação territorial de São José de Ribamar, portanto, não pode ser entendida isoladamente. Ela resulta de quatro grandes fatores: a ocupação indígena anterior à colonização, a disputa colonial europeia pelo Maranhão, a consolidação portuguesa no litoral e o processo moderno de urbanização metropolitana. Essa combinação explica por que o município possui, ao mesmo tempo, traços tradicionais ligados à pesca e à religiosidade, e características urbanas próprias de uma cidade integrada à dinâmica da Grande São Luís.

PERÍODOS HISTÓRICOS: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A história de São José de Ribamar acompanha, em grande medida, os principais momentos da história maranhense. Durante o período colonial, o Maranhão teve papel estratégico para Portugal por sua localização no Norte-Nordeste do Brasil, pela ligação com a Amazônia e pelo potencial econômico de suas terras e portos. Após a expulsão dos franceses, a Coroa portuguesa buscou fortalecer o controle da região por meio de fortificações, povoamento, missões religiosas e atividades econômicas.

No século XVII, a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará foi uma medida administrativa relevante. Essa unidade colonial tinha organização própria, separada em determinados momentos do Estado do Brasil, demonstrando a importância geopolítica da região. O Maranhão mantinha relações econômicas e administrativas com o Norte amazônico e com o Atlântico, sendo influenciado por rotas marítimas, exportações agrícolas e pelo comércio colonial.

No século XVIII, o Maranhão viveu crescimento econômico com a produção de arroz e algodão, especialmente a partir das políticas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esse período intensificou o uso da mão de obra africana escravizada e ampliou a formação de grandes propriedades rurais. Embora São José de Ribamar não tenha sido o centro principal dessa economia agroexportadora, a região insular estava ligada ao sistema colonial por meio de circulação de pessoas, produtos e práticas religiosas.

No período imperial, o Maranhão participou dos conflitos relacionados à Independência do Brasil. A adesão maranhense à Independência ocorreu em 1823, após resistências de setores ligados a Portugal. Esse dado é importante porque mostra que a Independência não foi um processo uniforme e pacífico em todo o Brasil. Em várias províncias, inclusive no Maranhão, houve disputas políticas e militares.

Outro acontecimento essencial da história maranhense foi a Balaiada, revolta popular ocorrida entre 1838 e 1841. A Balaiada envolveu vaqueiros, artesãos, sertanejos, negros, mestiços e setores populares insatisfeitos com a pobreza, os abusos das elites locais e as disputas políticas regionais. Embora o foco principal da revolta tenha ocorrido em outras áreas do Maranhão, ela é indispensável para compreender a formação social do Estado, marcada por desigualdade, resistência popular e conflitos entre elites e grupos subalternos.

Durante a República, o Maranhão passou por transformações políticas, econômicas e sociais. O poder oligárquico, o coronelismo e a concentração fundiária marcaram grande parte da vida pública estadual. Ao longo do século XX, São Luís cresceu como capital administrativa, comercial e portuária. São José de Ribamar, por sua proximidade com a capital, passou a sentir os efeitos dessa expansão urbana.

A emancipação de São José de Ribamar no século XX representou uma etapa decisiva de sua história local. Com a autonomia municipal, a cidade passou a organizar sua própria administração pública. A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, nas últimas décadas, o município apresentou crescimento populacional expressivo, impulsionado pela expansão urbana da Grande São Luís. Muitas áreas antes rurais, pesqueiras ou pouco povoadas foram transformadas em bairros, conjuntos habitacionais e zonas de ocupação urbana.

Nos dias atuais, São José de Ribamar é um município marcado por dupla identidade. De um lado, conserva forte tradição religiosa, pesqueira e comunitária. De outro, integra uma região metropolitana dinâmica, com problemas e desafios típicos de cidades em crescimento: mobilidade urbana, regularização fundiária, preservação ambiental, saneamento básico, segurança pública e oferta de serviços.

Para provas de concurso, a dica é observar a sequência histórica: povos indígenas; tentativa francesa; domínio português; economia colonial; escravidão; Independência; Balaiada; República; emancipação municipal; metropolização contemporânea. Essa linha do tempo ajuda a organizar os principais acontecimentos e evita confusão entre história estadual e história local.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS

A economia do Maranhão passou por diferentes ciclos ao longo da história. No período colonial, destacaram-se a agricultura de exportação, especialmente arroz, algodão e cana-de-açúcar, além da pecuária e do comércio marítimo. O algodão teve grande importância, principalmente no século XVIII e início do século XIX, quando a demanda internacional favoreceu a produção maranhense. Esse crescimento, contudo, esteve associado à escravidão africana e à concentração de terras.

A economia maranhense sempre apresentou contrastes regionais. Enquanto algumas áreas se integraram à agroexportação, outras mantiveram atividades de subsistência, pesca, extrativismo e pequenas produções locais. O babaçu, por exemplo, tornou-se elemento econômico e social importante em várias regiões do Estado, especialmente pela atuação das quebradeiras de coco, mulheres que desenvolveram formas de trabalho, organização social e resistência em torno do extrativismo.

No caso de São José de Ribamar, a economia tradicional esteve fortemente ligada à pesca artesanal, ao pequeno comércio, à agricultura de subsistência e às atividades religiosas. A localização litorânea favoreceu a presença de comunidades pesqueiras, com práticas transmitidas de geração em geração. A pesca não deve ser vista apenas como atividade econômica, mas também como elemento cultural, pois influencia a alimentação, as festas, a relação com o mar e a identidade local.

Com o crescimento da Grande São Luís, São José de Ribamar passou por forte urbanização. A expansão da capital maranhense fez com que o município se tornasse área de moradia para milhares de pessoas que trabalham, estudam ou circulam diariamente entre os municípios da região metropolitana. Esse fenômeno é chamado de conurbação, isto é, a aproximação física e funcional entre cidades vizinhas, formando uma malha urbana contínua ou integrada.

A urbanização trouxe novas oportunidades econômicas. O setor de serviços cresceu, incluindo comércio, transporte, construção civil, alimentação, atividades religiosas, turismo e serviços públicos. A construção de conjuntos habitacionais e a expansão de bairros modificaram a paisagem local. O município deixou de ser predominantemente associado a povoados tradicionais e passou a ter papel relevante na dinâmica metropolitana.

A industrialização em São José de Ribamar não tem o mesmo peso que em áreas industriais específicas do Maranhão, como aquelas ligadas ao complexo portuário e industrial da Ilha de São Luís. No entanto, o município é impactado indiretamente pela economia regional, especialmente pela circulação de trabalhadores, pela demanda habitacional e pela integração com os demais municípios da ilha. Assim, a economia ribamarense contemporânea é mais marcada por serviços, comércio, construção civil, turismo religioso e atividades urbanas do que por grandes indústrias.

O turismo religioso é um dos elementos mais importantes da economia local. O Santuário de São José de Ribamar atrai fiéis de várias partes do Maranhão e de outros estados. Durante os festejos do santo, há aumento da circulação de pessoas, vendas no comércio, hospedagem, alimentação, transporte e atividades informais. Esse tipo de turismo combina fé, cultura e economia popular.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

TEORIAS DA EDUCAÇÃO

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

► Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um comportamento, aumentando a probabilidade de sua repetição. Por

▪ exemplo, elogiar um aluno por concluir uma tarefa pode encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

▪ **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

▪ **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.

▪ **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.

▪ **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.

▪ **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas

aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

► Construtivismo

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiências e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

▪ **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

▪ **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.

▪ **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.

▪ **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.

▪ **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. ****Assimilação**** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto ****acomodação**** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA: VISÕES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS, DIREITOS DA CRIANÇA, INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA

► Antiguidade e Idade Média — a criança como “mini-adulto”

Durante grande parte da Antiguidade greco-romana e de boa parte da Idade Média europeia, a infância era pouco diferenciada da vida adulta. A alta mortalidade infantil impunha uma visão pragmática: sobreviver aos primeiros anos era a exceção, não a regra. Por isso, as práticas sociais tendiam a inserir crianças precocemente no mundo do trabalho e nas responsabilidades familiares. A noção de desenvolvimento psíquico gradual era inexistente; o que havia era uma percepção funcional, centrada na utilidade econômica e na transmissão de ofícios. Exposição e abandono de recém-nascidos eram tolerados como parte de um controle demográfico. Relatos e iconografias do período mostram crianças vestidas como adultos, sem distinção de indumentária ou de espaços próprios. O ensinamento moral ocorria principalmente pela imitação dos mais velhos, sem metodologias pedagógicas específicas. Ainda que a Igreja cristã proclamasse o batismo como rito de passagem para a comunidade, isso não se convertia em proteção social efetiva; os sacramentos predominavam sobre qualquer ideia de direito subjetivo da criança.

► Iluminismo — o surgimento da ideia moderna de infância

Com o Humanismo renascentista e, sobretudo, o Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, emerge uma sensibilidade nova: a criança passa a ser vista como sujeito em formação e, portanto, carente de cuidados diferenciados. Pensadores como John Locke e Jean-Jacques Rousseau criticam a educação baseada em castigos físicos, defendendo métodos que respeitem etapas do desenvolvimento. Locke descreve a mente infantil como uma tabula rasa, enquanto Rousseau, no *Émile*, propõe que a educação siga “o curso da natureza”, reconhecendo fases específicas de aprendizagem. Cria-se a distinção entre tempo de brincar e tempo de trabalhar, valorizando o lúdico como meio pedagógico. O advento da imprensa populariza cartilhas e materiais didáticos dirigidos exclusivamente a crianças. Surgem as primeiras leis que limitam o trabalho infantil nas fábricas, ainda de forma tímida. Embora restrita às elites europeias, essa concepção estabelece o alicerce teórico para políticas futuras de proteção à infância.

► Séculos XIX e XX — institucionalização da proteção à infância

A Revolução Industrial escancarou a exploração de mão de obra infantil em minas e teares, gerando forte pressão social nos países centrais. No século XIX, comissões parlamentares britânicas documentam jornadas de 16 horas diárias de crianças de oito anos; a resposta veio com as *Factory Acts* (1802-1878), que gradualmente reduziram a idade mínima de trabalho e estabeleceram inspeções estatais. Paralelamente, pedagogos como Friedrich Fröbel criam o *kindergarten*, concebendo o brincar dirigido como fase essencial do desenvolvimento cognitivo. No início do século XX, a Declaração de Genebra (1924) — primeiro documento internacional a reconhecer obrigações específicas da sociedade para com a infância — inaugura a era dos direitos infantis. Leis de obrigatoriedade escolar e proibição integral do trabalho infantil até certa idade tornam-se padrão nos Estados-nação industrializados. Organizações filantrópicas e, depois, agências multilaterais passam a monitorar indicadores de bem-estar infantil, institucionalizando a pauta. Avanços na pediatria e na psicologia do desenvolvimento consolidam a infância como campo de saber próprio. Ao final do século XX, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) universaliza o paradigma da criança como sujeito de direitos, vínculo decisivo entre as tradições históricas e as demandas contemporâneas.

INFÂNCIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

► Fundamentos teóricos da sociologia e da antropologia da infância

Nas últimas quatro décadas, firmou-se nas ciências sociais a premissa de que a infância não é mero estágio biológico universal, mas uma categoria historicamente situada e produzida por relações sociais específicas. A obra pioneira de Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* (1960), demonstrou que, antes do século XVII, a distinção simbólica entre adultos e crianças era tênue, sugerindo que aquilo que hoje denominamos “infância” emergiu na modernidade europeia como construção cultural. Esse argumento suscitou críticas e refinamentos, dando origem ao chamado “paradigma da infância como sujeito social”, no qual pesquisadores como Allison James, Chris Jenks e Alan Prout destacam a criança enquanto ator competente em processos de significação próprios, e não apenas receptáculo de socialização adulta. A antropologia, por sua vez, desvenda a pluralidade de infâncias, evidenciando que os limites entre brincadeira, trabalho e participação comunitária variam radicalmente entre sociedades agro-pastoris, urbanas ou de caça e coleta. A centralidade das abordagens interpretativas:

compreender a infância a partir das vozes e práticas das próprias crianças. Rejeição do modelo “adultocêntrico”, que trata a criança como adulto em miniatura ou mero futuro trabalhador. Ênfase na agência infantil: crianças produzem cultura (brincadeiras, linguagens, redes sociais) e recriam normas adultas.

► **Variabilidade cultural das experiências infantis**

Se, em alguns contextos ocidentais contemporâneos, brincar é concebido como atividade nuclear do desenvolvimento, há coletividades em que o cuidado de irmãos ou a contribuição econômica no cultivo agrícola são expectativas legítimas a partir dos sete anos. A etnografia de Barbara Rogoff em comunidades maias, por exemplo, descreve um modelo de “aprendizagem por observação e participação” em que crianças adquirem habilidades ao lado de adultos, sem instrução formal. Já na sociedade urbana industrial, a educação escolar prolongada redefine a infância como tempo protegido e separado do mundo produtivo. Essas configurações não sinalizam “atraso” ou “progresso”, mas respostas socioculturais às exigências locais de sobrevivência, solidariedade e reprodução simbólica. Ritos de passagem marcam a transição para a adolescência de formas distintas — festas de quinze anos, bar/bat mitzvá, cerimônias de iniciação indígena. Brinquedos industrializados versus brinquedos produzidos coletivamente (pipas, carrinhos de rolimã, bonecas de pano) indicam diferentes economias do brincar. Linguagens infantis — gírias, canções, jogos de mãos — constituem microculturas que atravessam fronteiras nacionais mediante mídias digitais.

► **Intersecções de gênero, classe e raça na configuração da infância**

A construção social da infância não é uniforme dentro de uma mesma sociedade; ela é atravessada por eixos de desigualdade que definem expectativas, recursos e riscos distintos. Meninas e meninos podem receber estímulos divergentes quanto à autonomia corporal ou ao protagonismo acadêmico, reproduzindo papéis de gênero que se prolongam na vida adulta. Crianças em populações racializadas frequentemente convivem com estigmas que as criminalizam precocemente, fenômeno que estudiosos norte-americanos denominam “adultificação racial”. Na dimensão de classe, a infância burguesa é projetada como investimento de longo prazo, amparada em consumo de serviços educacionais, enquanto infâncias proletárias, sobretudo em economias periféricas, enfrentam trabalho precoce e fragilização de direitos básicos. Análise interseccional revela que meninas negras de baixa renda são as principais vítimas de violência escolar e doméstica. Brinquedos e mídias ainda reproduzem estereótipos de gênero e raça, conferindo maior capital simbólico a certas infâncias. Políticas públicas sensíveis a interseccionalidade incluem cotas, transferência de renda condicionada à matrícula escolar e proteção contra letalidade policial.

► **Agência infantil e participação social**

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos, consolidado juridicamente no final do século XX, impulsionou a ideia de participação ativa em decisões que lhe dizem respeito. Em conselhos escolares, assembleias de bairro ou fóruns digitais, crianças articulam demandas por espaços seguros, lazer e sustentabilidade ambiental. Pesquisas em psicologia social apontam que a participação genuína reforça sentimentos de autoeficácia

e cidadania desde cedo, desafiando práticas adultocêntricas de tutela absoluta. Métodos de pesquisa participativa — desenhos, fotos, mapas mentais — captam perspectivas infantis sobre a cidade e a escola. Orçamentos participativos em municípios latino-americanos incluem plenárias infantis, com projetos votados e executados. Plataformas on-line facilitam mobilizações globais, como greves climáticas lideradas por adolescentes.

DIREITOS DA CRIANÇA

► **Marcos legais internacionais**

O reconhecimento de obrigações específicas da comunidade internacional em relação às crianças consolidou-se em três grandes etapas normativas. A primeira foi a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (1924), aprovada pela então Liga das Nações, que fixou cinco princípios humanitários básicos para proteção da infância em situação de pós-guerra. Em 1959, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, ampliando esse rol para dez princípios e introduzindo o dever estatal de assegurar desenvolvimento físico, mental e social “em condições de liberdade e dignidade”. Finalmente, em 1989, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) transformou tais preceitos em tratado vinculante, ratificado por todos os membros da ONU, exceto um. Inspirada no tripé provision (provisão), protection (proteção) e participation (participação), a CDC conferiu status jurídico de “sujeito de direito” à pessoa menor de 18 anos, obrigando os Estados a adotar legislações internas compatíveis.

Princípios estruturantes da Convenção de 1989

O documento assenta-se em quatro pilares: a não discriminação (art. 2), o interesse superior da criança (art. 3), o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (art. 6) e a escuta qualificada da criança (art. 12). Tais princípios orientam a interpretação de todos os demais dispositivos, inclusive dos Protocolos Facultativos que tratam de crianças em conflitos armados, venda e pornografia infantil e procedimentos de comunicação individual. Art. 3.º, § 1.º: “Todas as ações relativas à criança, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o interesse superior da criança.” Art. 12: “A criança capaz de formar opinião tem o direito de expressá-la livremente sobre todos os assuntos que lhe digam respeito, sendo essa opinião considerada.” O Comitê dos Direitos da Criança emite Observações Gerais que detalham o alcance de cada princípio, servindo de guia interpretativo aos Estados.

► **Marcos legais nacionais e Estatuto da Criança e do Adolescente**

No Brasil, a Carta de 1988 inaugurou um novo paradigma ao enunciar, no art. 227, que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Esse comando constitucional foi regulamentado pela Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que internalizou integralmente a CDC e instituiu o Sistema de Garantia de Direitos.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!